

## A PRIMEIRA CONFERÊNCIA COMUNISTA LATINO AMERICANA BUENOS AIRES, JUNHO DE 1929

*Marly Vianna*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende entender as deficiências teóricas – e, portanto, práticas – do PCB na década de 1920. Para isso analisa a participação dos comunistas brasileiros na Primeira Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, realizada em Buenos Aires em junho de 1929.

**Palavras-chave:** Partido Comunista do Brasil; VI Congresso da Internacional Comunista; América Latina.

**Abstract:** The present paper intends to understand the theoretical and the practical deficiencies of the Communist Party of Brazil in the 1920s. For this purpose it analyzes the participation of the Brazilian Communists in the First Conference of Communist Latin American Parties held in Buenos Aires in June 1929.

**Keywords:** Communist Party of Brazil; First Conference of the Latin American Communist Parties; Communist Party of Brazil; VI Congress of the Communist International

### INTRODUÇÃO

“Na luta secular entre o socialismo e a barbárie, a barbárie ganha de longe. Entramos no século XXI com bem menos esperança do que nossos ancestrais no início do século passado”<sup>2</sup>. No livro em que faz a citação, Enzo Traverso trabalha com a melancolia da esquerda causada por derrotas e pelo fim das utopias, que parecem ter desaparecido nesse início de século.<sup>3</sup> Traverso vai a fundo no tema justamente para encarar de frente as derrotas, a única maneira de superá-las.

A história do comunismo em nosso país precisa ser analisada nessa perspectiva. Não só uma perspectiva de apontar e encarar os erros, mas explicá-los, entender porque ocorreram, pois só assim poderemos, superando as derrotas, “abrir as portas para o futuro”.<sup>4</sup>

Faz 90 anos que, em junho de 1929, em Buenos Aires, realizou-se a Primeira Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina. Esse evento teve a maior importância na vida política dos comunistas, em especial dos brasileiros e foi o resultado de mudança de rumos políticos da Internacional Comunista (IC), em seu sexto congresso, de 1928.

Em 1925, a IC criou o Birô Sul-americano<sup>5</sup> voltado para nosso continente e que não teve maior atuação. Foi a partir do VI Congresso que IC voltou-se para este lado do mundo – que conhecia pouco – determinando para nós uma apreciação econômico-social equivocada, mas que definiu e estabeleceu uma estratégia, uma tática e uma política de alianças que decorriam dela. As iniciativas dos comunistas brasileiros, como a formação do Bloco Operário e Camponês ou a busca de uma frente única com os tenentes foram demonizadas e Astrojildo Pereira (fundador do

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada pela Universidade Federal de São Carlos.

<sup>2</sup> BENSÁID, Daniel, *Jeanne, de guerre lasse*. Paris: Gallimard, 1991, Cf. TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda, marxismo, História e memória*. Tradução de André Bezamet, Belo Horizonte/Veneza, AYINÉ 2018, p. 27

<sup>3</sup> TRAVERSO, Enzo. op. cit.

<sup>4</sup> Idem, pg 96

<sup>5</sup> Sobre a organização da IC para a América Latina ver CANALE, Dario. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista – 1917-1928*. Prefácio de José Luiz Del Roio. São Paulo: Anita Garibaldi, 1913, capítulo 5, p. 315 a 328.



Partido Comunista do Brasil – PCB e seu dirigente) não tardou a ser expulso do partido, pondo-se em prática uma política de “bolchevização” dos quadros partidários, já sugerida no V Congresso da IC, em 1924. Esses acontecimentos, que quase destruíram o partido, precisam ser entendidos, para não cairmos em simplismos maniqueístas – ou duvidosos: houve erros, houve acertos, os acertos maiores que os erros e o partido sempre tem razão. Para melhor compreender os acontecimentos da época temos que considerar que, pela pouca formação teórica de nosso partido e a consequente incapacidade dele de interpretar nosso país e elaborar um programa político coerente com a realidade que vivíamos, os jovens comunistas aceitaram acriticamente as interpretações da IC.

O VI Congresso da IC, de modo geral, e particularmente para a América Latina, representou uma virada brusca na vida dos partidos comunistas e a conferência de Buenos Aires, quase catastrófica para o jovem PCB, provocou um período conturbado de nossa história, que afastou a liderança comunista tanto do operariado quanto da intelectualidade progressista.

## O ANO DE 1927<sup>6</sup>

Para entender a virada “esquerdista” da IC no VI Congresso precisamos levar em conta os acontecimentos internacionais que o rodearam e seus reflexos na situação interna do PCUS e, logo, na IC. 1927, o ano da “virada à esquerda” do Komintern, foi o ano de rompimento do Kuomintang com Moscou (e do massacre de comunistas chineses, apesar de Stalin ter elevado Chan Kai Chek a membro honorário da IC). A ruptura da frente única na China, em especial, colocou em dúvida a composição dos aliados na revolução e a política de frente única.

As posições oportunistas dentro da II Internacional, que ficaram evidentes por ocasião da votação dos orçamentos de guerra, em 1914, assombravam ainda os partidos comunistas. No final dos anos 1920, a social democracia era simpática a governos de coalizão com as burguesias em países importantes da Europa, como Inglaterra, Dinamarca, Alemanha e Polônia, onde ajudou a eleger e apoiou, por exemplo, o governo ultradireitista de Pilsudski. Além disso, a maioria de seus dirigentes era extremamente crítica aos bolcheviques, acabando por fazer coro ao antissovietismo.

Foi em 1927 que a ditadura de Mussolini na Itália, que fora “branda” desde que chegou ao poder em 1922, tornou-se mais brutal, o que resultou na prisão de dirigentes do Partido Comunista Italiano (PCI), como Antônio Gramsci. Também na Itália a política de frente única parecia não dar certo. E em cada ocasião, em países europeus em que a reação enfrentava as forças de esquerda – comunistas, socialistas e social democratas –, estes últimos acabavam por conciliar com a burguesia.

O Partido Comunista Alemão (PCA) desempenhou importante papel na caminhada da IC para a esquerda. No congresso do PCA, em março de 1927, surgiu a tese de que os socialdemocratas de esquerda eram os maiores inimigos dos comunistas, piores até que os socialdemocratas de direita. A crise no partido alemão levou à formação de duas alas, a de esquerda, majoritária, chefiada por Ernst Thälmann, e a de “direita”, representada por August Thalheimer, Heinrich Brandler e Arthur Ernest Ewert.<sup>7</sup>

Internamente, 1927 foi o ano do anátema contra Trotski e a oposição de esquerda, o que acabou por insinuar que a luta de classes se localizava também dentro dos partidos comunistas. Depois de se aliar a Bukarin no combate a Trotski e à oposição de esquerda, Stalin, adotando as mesmas posições que combatera, voltou-se contra Bukarin, considerado direitista. Iniciava-se a escalada stalinista.

<sup>6</sup> HAJEC, Milos, “La táctica de la lucha de ‘clase contra clase’ em el VI Congreso”. In VI Congresso da Internacional Comunista, primeira parte – tesis, manifestos e resoluciones. *Cuadernos de pasado y presente*, 66, tradução para o castelhano de Maria Teresa Poyrazian e Nora Rosenfeld de Pasternac. México, 1977. Toda a tradução do material do VI Congresso, do castelhano para o português é minha.

<sup>7</sup> Arthur Ewert, que participaria, com o nome de Harry Bergman, do movimento armado de 1935 no Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1927 realizou-se o XV Congresso do PCUS, que criticava a social democracia e os austro-marxistas. Falava-se já em lutar contra as direções socialistas e social democratas e fazer alianças apenas pela base.

A nova compreensão da política de frente única teve muita influência no PCB. A qualificação dos socialistas e social democratas de esquerda como os principais inimigos, sendo a socialdemocracia chamada de social-fascismo, rompeu a unidade do movimento sindical e tornou as camadas médias urbanas pouco confiáveis. A pretendida aliança do PCB com os tenentes foi duramente criticada e Luiz Carlos Prestes chamado de Chan-Kai Chek brasileiro.

## O VI CONGRESSO DA IC

O Congresso encarrega a CE da IC que dê mais atenção aos países da América Latina em geral e à elaboração de um “programa de ação” para esses partidos (as questões especialmente importantes são: a agrário-camponesa e a luta contra o imperialismo dos Estados Unidos)...<sup>8</sup>

O VI Congresso da IC reuniu-se de 17 de julho a 1º de setembro de 1928. Foi nele que pela primeira vez se voltaram as atenções para os países da América Latina<sup>9</sup> e se encaminharam as diretivas que os partidos comunistas da região deveriam seguir – o que será concretizado na conferência de Buenos Aires de 1929.

Não é nosso objetivo fazer uma análise do congresso, mas chamar a atenção para as resoluções dele que afetaram diretamente a América Latina e o Brasil: a qualificação de nossos países como semicoloniais e semifeudais, a concepção de frente única pela base, numa luta de classe contra classe, a grande desconfiança das camadas médias urbanas. Tais posições vigoraram na IC até seu VII Congresso, em 1935. Pouco antes do VI Congresso, em fevereiro de 1928, no IX Pleno da Comissão Executiva da IC (CEIC), deu-se uma primeira mudança também na política sindical dos comunistas:

É necessário mobilizar as massas sob as consignas comunistas, trabalhar para realizar nossa tática nas organizações sindicais e ao mesmo tempo desmascararem todos os níveis a posição traiçoeira dos reformistas e, em condições favoráveis, organizar greves contra a vontade da burocracia sindical<sup>10</sup>

Tais posições refletiram-se negativamente no movimento operário, quebrando a sua unidade. Os socialistas e socialdemocratas, considerados reformistas dispostos a conciliar com a burguesia não seriam mais aliados na luta contra ela. Na maioria dos casos, analisando as posições de tais partidos, as colocações da IC não eram disparatadas, considerando-se as atitudes políticas dos socialistas e social democratas, bastante antibolcheviques. Por outro lado, não se levavam em conta tanto a fraqueza da maioria dos partidos comunistas e do movimento operário nos países menos desenvolvidos como a força daquelas ideologias nos países desenvolvidos, como Alemanha por exemplo.

O VI congresso tornava o programa aprovado nele obrigatório para todos os partidos ligados à IC. Uma primeira questão de importância para nós foi a caracterização de países como o Brasil como semicoloniais. Para a Internacional, a dependência do imperialismo, que para ela era

<sup>8</sup> “Teses sobre a situação e as tarefas da Internacional Comunista”. Item VII: “Balanço do trabalho: os êxitos, os erros e as tarefas das diversas seções”. Ponto 55. In Idem, p. 127. (CE – Comissão Executiva.)

<sup>9</sup> Que nem por isso deixaram de ser sempre secundários na política da IC.

<sup>10</sup> HAJEC, Milos, op. cit. p. 13

decisiva, não permitia considerar os países latino americanos de outra forma. A diferença que fazia era entre as colônias sem independência política, e as semi-colônias, independentes politicamente, como o Brasil. O “colônia”, com ou sem independência política, tornava a estratégia de luta fundamentalmente de libertação nacional.

Nas discussões do congresso, quando entrevistaram delegados latino americanos, apenas Ricardo Paredes, do Equador, se contrapôs a tais interpretações. Mais tarde, se esteve presente à conferência de Buenos Aires, não interveio nela.

A IC considerava que a grande dependência de nossos países era do imperialismo norte americano, que disputava sua hegemonia na América com os ingleses. Não só superestimava tal dependência (naquele momento), como considerava que a disputa entre os dois imperialismos levaria inexoravelmente à guerra. Tal compreensão levou a um erro maior: considerar os ingleses como protetores e aliados dos setores agrários e os ianques defensores da industrialização.<sup>11</sup>

Para a IC,

A luta nacional de libertação começada na América Latina contra o imperialismo dos Estados Unidos leva-se a cabo, em sua maior parte, sob a direção da pequena burguesia. A burguesia nacional, que representa uma tênue camada da população (com exceção da Argentina, Brasil e Chile) e está vinculada, por um lado à grande propriedade rural e por outro ao capital dos Estados Unidos, está ligada ao campo da contra revolução<sup>12</sup>.

A IC considerava que as massas populares dos países coloniais e semicoloniais já despertavam para a política,

...provocando toda uma significativa série de insurreições revolucionárias das massas, por certo que, na maioria dos casos, à base de uma peculiar e estreita vinculação da luta anti-imperialista de libertação com o alçar das forças da luta de classes no interior<sup>13</sup>

Tais insurreições não foram mencionadas, mas em relação ao Brasil referiam-se ao movimento tenentista, em especial a rebelião de 1924 em São Paulo, que esteve longe de ser uma “insurreição revolucionária das massas” e muito menos apoiada pelos ianques.

A IC, com grande otimismo, considerava a possibilidade de nas colônias mais atrasadas não se chegar a um desenvolvimento capitalista (que para eles não existia em nossos países) e passar diretamente da revolução democrático-burguesa à revolução proletária, à ditadura do proletariado, à tomada do poder pelos soviets. E concluía:

Todas as questões fundamentais do movimento revolucionário nas colônias e semicolônias estão, então, na mais estreita conexão com a poderosa e memorável luta entre o sistema capitalista e o socialista, luta que atualmente é levada a cabo pelo imperialismo contra a União Soviética em escala mundial e entre a dominação da classe capitalista e o movimento comunista, dentro de cada um dos países capitalistas.<sup>14</sup>

Discutindo o caráter da revolução nos países semicoloniais, a IC dava grande relevo à China e à Índia, embora mencionasse os países da América Latina como similares. A revolução aqui deveria ser democrático-burguesa, como etapa de preparação das bases da revolução socialista e as principais tarefas dos comunistas nela seriam:

<sup>11</sup> “Teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias” – Introdução:1. Op. cit., primeira parte, item 6,p. 192.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem, p. 189

<sup>14</sup> “Teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias” – Introdução:1. Op. cit., primeira parte, item 7, p. 194-5.

...nacionalização das concessões feitas, estradas de ferro, bancos e similares estrangeiros e instauração da unidade nacional do país onde ela não existisse; destruição do poder das classes exploradoras, por trás das quais está o imperialismo; organização de conselhos operários e camponeses e a criação de um exército vermelho, da ditadura do proletariado e do campesinato e fortalecimento da hegemonia do proletariado.<sup>15</sup>

A revolução democrático-burguesa nas semicolônias distinguia-se dessa revolução nos países totalmente independentes por estar vinculada, organicamente, a uma luta de libertação nacional, contra a escravização capitalista, o que levaria as massas a se sublevarem<sup>16</sup>. A questão da ligação da luta anti-imperialista (de libertação nacional), com luta de classes (pelo socialismo), a correlação entre o nacional e o democrático foi uma questão que não só a IC com os partidos comunistas nunca souberam equacionar.<sup>17</sup>

Para a IC, a revolução democrático-burguesa só se daria com a hegemonia do proletariado e, para tanto, tal hegemonia era exigida na organização da frente única. A apreciação era confusa (o que foi notado por Paredes), pois insistia-se também no caráter semifeudal dos países semicoloniais. A luta seria então antiimperialista e antifeudal. Como disse Pierre Vilar, o “semi” é sempre um mau compromisso<sup>18</sup>, que em nada ajudou na luta revolucionária.

## A FRENTE ÚNICA

Na política de frente única somente pela base, o congresso ratificava o que fora resolvido no IX pleno da CEIC sobre a tática dos comunistas:

Dada a intensificação de nossa luta contra a social democracia devemos introduzir a seguinte modificação: na atualidade, na maior parte dos casos, devemos empregar exclusivamente a tática da frente única *por baixo*. Não devemos apelar, em nenhum momento, aos centros dos partidos socialdemocratas.<sup>19</sup>

As teses explicavam que o deslocamento da frente única para a base obrigava a que os operários distinguíssem entre os operários socialdemocratas, que se enganavam, mas o faziam sinceramente, e os líderes socialdemocratas, “vis servidores dos imperialistas”<sup>20</sup>. Para a IC a socialdemocracia levava adiante uma política contra revolucionária que agia através de suas duas alas:

*A direita*, que é francamente contra revolucionária, e que atua através de contatos e ligações diretas com a burguesia e *a esquerda*, que serve para enganar os operários de maneira refinada. (...) A função essencial da social democracia consiste, hoje, em destruir a necessária unidade combativa do proletariado em sua luta contra o imperialismo e (...) é a principal sustentação do imperialismo no seio da classe operária.<sup>21</sup>

<sup>15</sup> Idem, Ponto III, “Estratégia e tática comunista na China, na Índia e similares países coloniais”. Ponto 16.a), p. 205

<sup>16</sup> Idem, ponto 17, p. 206

<sup>17</sup> No V congresso do PCB, em 1960, o partido falava de “duas contradições fundamentais”, a da nação contra o imperialismo e a dos proletários contra a burguesia, sem desenvolver a questão.

<sup>18</sup> VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*, tradução do castelhano de José Pecegueiro. Lisboa, João Sá da Costa, 1985.

<sup>19</sup> BUKARIN, N.I. Informe pronunciado dia 18 de julho de 1928 sobre “A situação internacional e as tarefas da Internacional Comunista”. Item V: “Nossas tarefas essenciais e nossos defeitos”. Ponto sobre “A tática de frente única somente pela base”. In *VI Congresso da Internacional Comunista*, segunda parte. *Informes e discussões. Cuadernos de pasado y presente*, 66, tradução para o castelhano de Maria Tertesa Poyrazian e Nora Rosenfeld de Pasternac, México, 1977, p. 43. Grifo no original

<sup>20</sup> Idem, VI ponto: “A tática e as tarefas fundamentais da Internacional Comunista”, ponto 37, p. 115

<sup>21</sup> “Crise revolucionária e social democracia contra revolucionária” In *Programma della Internazionale comunista*. Item II: La crisi generale del capitalismo e la prima fase della rivoluzione mondiale. Paris, Edizioni di Cultura Sociale, em colaboração com a Biblioteca dell’Istituto G.G. Feltrinelli, 1930, ‘. 21

## A DELEGAÇÃO BRASILEIRA.

A delegação brasileira ao VI Congresso era composta por Paulo Lacerda, Astrojildo Pereira, Leoncio Basbaum e Lago Morales, sendo Paulo Lacerda, o chefe da delegação, o primeiro a falar em nome dela.

Lacerda começou sua intervenção chamando a atenção para o fato da Internacional só agora estar se preocupando com a América Latina, o que acreditava ser muito proveitoso para o crescimento dos partidos comunistas da região. A delegação brasileira mostrava um otimismo sem fundamento. Lacerda afirmou que “A grande massa de camponeses sem terra e camponeses pobres da América Latina se mobiliza. Estamos às vésperas de poderosas revoluções agrárias na América do Sul, e quanto mais brutal é a opressão imperialista mais se afirma a consciência anti-imperialista”<sup>22</sup>.

O outro delegado brasileiro a intervir foi “González”, *que não conseguiu identificar se era Astrojildo Pereira, Leônicio Basbaum ou Lago Morales*. Provavelmente era Morales. Começou sua intervenção falando sobre o perigo da guerra e considerou que o antagonismo axacerbado entre os imperialismos americano e inglês na América do Sul poderia levar a uma guerra entre eles<sup>23</sup>.

A intervenção mais interessante dos delegados latino-americanos foi a do equatoriano Paredes<sup>24</sup>. Ele discordou abertamente da colocação da internacional sobre países semicoloniais e propôs que se substituísse o semicolonial por “países dependentes”. Para ele,

Os problemas da luta proletária devem ser encarados de um modo diferente nos países coloniais e semicoloniais dos países “dependentes”. É muito importante estabelecer esta divisão porque a concepção que se tem mantido até aqui sobre nossos países os considera o campo do mundo e altera assim os problemas da luta nesses países, ao subestimar as forças proletárias e superestimar a questão camponesa. É por isso que as consignas da revolução agrária democrático-burguesa estão consideradas, no programa, como tarefa a ser realizada nesses países. (...) Para os países “dependentes” que, graças a uma força política bastante grande, são capazes de resistir à penetração imperialista, tal formulação não é inteiramente justa, porque a penetração econômica estrangeira corresponde a uma dominação política menor. É o caso da Argentina e do Brasil. (...) <sup>25</sup>

Para Paredes, esse grupo de países dependentes deveria ser considerado – e diferenciado – dos coloniais e semicoloniais:

Os países dependentes, como Argentina, Brasil e Equador, são os países em que a força do imperialismo não é preponderante. Isto é devido ou à força política desses países (Argentina e Brasil) ou à débil penetração econômica do imperialismo (Equador). Nesses países creio que a consigna de revolução agrária democrático-burguesa não é justa.<sup>26</sup>

O discurso do suíço Jules Humbert-Droz foi a última palavra da IC sobre os problemas latino americanos. É importante porque foi ele o representante da Internacional na Conferência de Buenos Aires em 1929.

<sup>22</sup> Intervenção de Paulo Lacerda no VI Congresso da IC. In. “Intervenções da delegação latino-americana sobre o informe de Bukarin”. In *VI Congresso da Internacional Comunista*, op.cit., segunda parte, a 8 de agosto de 1928, p 83.

<sup>23</sup> Intervenção de Gonzalez. In Idem, :”Intervenções da delegação latino americana sobre o segundo ponto da ordem do dia (dedicado a examinar os métodos de luta contra o perigo da guerra imperialista) a 20 de setembro de 1928p. 135.

<sup>24</sup> Informe de Ricardo Paredes, delegado do Equador. “Informe da delegação latino americana sobre o programa da Internacional Comunista”. 25 de setembro de 1928. In Idem, os. 176 a 186.

<sup>25</sup> Idem, p. 179. As aspas estão no original.

<sup>26</sup> Idem, p. 183

Por falta de conhecimento e/ou por informações baluartistas recebidas, Droz, ao afirmar o crescimento dos partidos comunistas latino-americanos, disse que “... o partido no Brasil, em alguns meses de vida legal, conseguiu se transformar num partido de massas, que exerce influência sobre grandes massas operárias e dirige o movimento sindical brasileiro”<sup>27</sup> - evidentemente um grande exagero. Droz discordou completamente de Paredes e reafirmou a justeza do termo semicolonial. Excluindo os países sem independência política (coloniais), afirmou que os outros, “livres”, eram todos antigas colônias de Portugal ou da Espanha e que, liberados da tutela colonial, caíram baixo a tutela do imperialismo, sendo por isso semicolônias.<sup>28</sup>

Droz continuou mostrando seu desconhecimento da situação brasileira. Insistiu na tese – que foi muito cara ao PCB – da luta entre os dois imperialismos (inglês e norte americano), os ingleses apoiando os latifundiários e os americanos a burguesia e a pequena burguesia. E concluiu que o movimento tenentista de 1924 em São Paulo foi apoiado pela burguesia, pela pequena burguesia e pelos ianques que nele, inclusive, tomaram parte<sup>29</sup>. Acrescentou ainda: “Essas eclosões, claramente apoiadas pelo imperialismo ianque (sic) estavam dirigidas contra a classe dos grandes proprietários latifundiários que estavam no governo e que representavam a influência do imperialismo britânico”.<sup>30</sup>

Droz falou então sobre o caráter da revolução latino americana, baseado na classificação dos países semicoloniais. Destacou sua opinião final:

Considerando os caracteres fundamentais do movimento revolucionário na América Latina podemos dizer que é um movimento revolucionário de tipo democrático burguês em país semicolonial, onde a luta contra o imperialismo assume grande importância e onde já não domina a luta de uma burguesia nacional por seu desenvolvimento autônomo sobre a base capitalista, mas a luta dos camponeses pela revolução agrária contra o regime dos grandes latifundiários.<sup>31</sup>

Considerando não haver base nesses países para o desenvolvimento de um capitalismo autárquico, Droz afirmou que a revolução democrático-burguesa poderia se transformar rapidamente em revolução proletária. “Na América Latina existem as bases para uma rápida passagem da revolução democrático-burguesa à proletária”.<sup>32</sup> E lançou a palavra de ordem de uma “União Federativa das repúblicas operárias e camponesas da América Latina para lutar contra o imperialismo ianque”. Para ele isso era possível porque nenhuma questão racial ou linguística separava esses povos.<sup>33</sup> Humbert-Droz também criticou o PCB:

No Brasil, quando o Kuomitang desempenhava na China um importante papel, nossos companheiros discutiram a formação de um Kuomitang que agrupasse as organizações da pequena burguesia revolucionária liberal, as organizações operárias, camponesas, as organizações sindicais e o PC. Logo abandonaram essa ideia a partir do fracasso do Kuomitang na China. Agora ingressaram num bloco operário e camponês que agrupa as organizações operárias e camponesas, mas existe o perigo de que certos elementos pequeno burgueses possam dominar esse bloco...<sup>34</sup>

<sup>27</sup> Jules Humbert-Droz; “Sobre os países de América Latina”; In idem, p. 299

<sup>28</sup> Idem, p. 302

<sup>29</sup> Idem, p. 306

<sup>30</sup> Idem, p. 307

<sup>31</sup> Idem, p. 312. Os grifos estão no original.

<sup>32</sup> Idem, p. 315

<sup>33</sup> Idem, p. 318

<sup>34</sup> Idem, p. 319

Além da criação de um Kuomintang no Brasil não ter existido, o PCB não “ingressou” no Bloco Operário e Camponês (BOC), foi o criador dele. Para Droz, o partido poderia até organizar um BOC, mas não poderia permitir que a pequena burguesia fizesse parte dele. Só poderia ser considerada como eventual aliada numa frente única.<sup>35</sup>

Travin, delegado soviético, discursou sobre o movimento revolucionário nas colônias.<sup>36</sup> Ele criticou certa imprecisão das teses apresentadas, que falavam de vários tipos de revolução: burguesa, democrático-burguesa, soviética, mas não socialista, de uma ditadura revolucionária de operários e camponeses, revolução de classe, operário e camponesa, camponesa, “levantamento nacional geral ou guerra contra o imperialismo”<sup>37</sup>. Criticou bastante o informe de Humbert-Droz. Este dissera não ser possível um desenvolvimento capitalista independente naqueles países e com isso ficava claro ser impossível a instalação de um regime burguês. Logo, o caráter da revolução não poderia ser democrático burguês.<sup>38</sup>

Paulo Lacerda voltou a falar e se disse de acordo com o informe de Humbert-Droz, salvo pequenos reparos, que não especificou.<sup>39</sup> Concordou que o movimento em São Paulo, de 1924, desencadeado por uma parte do Exército, representou o descontentamento da pequena burguesia urbana, “contou desde o início com o apoio da burguesia industrial contra a reação agrária que reina no Brasil”.<sup>40</sup> O curioso é que não mencionou nem a coluna e nem a Luiz Carlos Prestes. Mais adiante afirmou: “A única intervenção havida na revolução burguesa do Brasil (sic) foi a da Inglaterra, através de dois vasos de guerra que entraram no porto do Rio de Janeiro para apoiar o governo dos agraristas de Artur Bernardes, na ocasião presidente da República”<sup>41</sup>

A seguir, disse peremptoriamente: “Devo declarar que nós, no Brasil, assim como a maioria da delegação da América Latina, estamos convencidos de que o Brasil e todos os demais países da América Latina são verdadeiramente semicolônias”.<sup>42</sup>

Sobre a criação de um Kuomintang no Brasil, explicou que fora apenas uma ideia, só uma tentativa. “Nosso ‘Kuomintang’ não chegou a se concretizar”. Apesar disso, afirmou que os comunistas brasileiros deveriam concordar com Droz e fazer autocrítica por ter pensado em tal coisa.<sup>43</sup> Lacerda terminou seu discurso dizendo que os comunistas brasileiros procurariam transformar o partido num partido de massas “apesar do rigor da repressão e das dificuldades de nossa luta cotidiana *no país mais atrasado do continente americano*”.<sup>44</sup>

## BUENOS AIRES, JUNHO DE 1929

A primeira conferência dos partidos comunistas das América Latina foi uma decorrência do VI Congresso da IC e as questões gerais discutidas nela foram as mesmas discutidas naquele evento. Quase todos os países latino americanos se fizeram representar, com inúmeros delegados (os que falaram listamos no final). Os delegados brasileiros foram três, segundo Leôncio Basbaum: ele, como chefe da delegação, Mario Grazini (Gabrinetti) e Danton Jobim, que não falou.<sup>45</sup> A abertura da conferência deu-se a 1º de junho de 1929 - há 90 anos - e foi aberta pelo ítalo-argentino Victório

<sup>35</sup> Idem, p. 320.

<sup>36</sup> Travin, “Discussão do problema do movimento revolucionário nas colônias. In idem, p. 322 a 350

<sup>37</sup> Idem, p.323

<sup>38</sup> Idem, p.331

<sup>39</sup> LACERDA, Paulo. “Informes da delegação latino americana no debate sobre o problema colonial. In idem, 351

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem, p. 352

<sup>43</sup> Idem

<sup>44</sup> Idem, o grifo é meu

<sup>45</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo:Alfa-Ômega, 1976, p. 68.

Codovilla: “Camaradas: Vai começar seus trabalhos a Primeira Conferência Comunista Latino-Americana. O Secretariado Sul-americano da Internacional Comunista designou para fazer uso da palavra na sessão inaugural da Conferência o companheiro Eugenio Gómez”<sup>46</sup>. Depois do discurso de saudação de Gomez e de todos terem entoado a Internacional, foi constituído o Presidium da conferência: Suárez (México), Ramírez (Uruguai), Remo (Argentina), Prieto (Colômbia), Gabrinetti (Brasil), Codovilla (secretariado do BSA da IC) e Ghitor (secretariado do K.I.M.)<sup>47</sup> e dada a palavra a Codovilla para o primeiro informe da reunião, sobre “A situação internacional latino-americana e os perigos da guerra”.<sup>48</sup>

De acordo com o VI Congresso da IC, reafirmou-se que os países latino-americanos eram semicolônias que mantinham relações semifeudais e semiescravidistas. Tal situação de semicolônias acabaria por levar à guerra entre Estados Unidos e Inglaterra, em vista da concorrência entre esses dois países pelo domínio colonial (ou semicolonial) da região. A IC via como grande possibilidade a guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Codovilla afirmou que “O período atual, companheiros, é o do agravamento das contradições capitalistas, dos conflitos interimperialistas, das crises revolucionárias em ritmo acelerado, das guerras e das lutas revolucionárias. Em uma palavra: é o período agônico do capitalismo”.<sup>49</sup> Sendo os países dominados por um ou outro imperialismo, as burguesias governantes eram agentes ou de um ou outro deles.<sup>50</sup>

O informe afirmava que, com o agravamento da luta de classe, as massas passavam de uma luta defensiva à ofensiva, “não tardando grandes movimentos que levariam à derrubada do capitalismo”<sup>51</sup>. Exatamente por esse acirramento da luta de classes, continuou Codovilla, era preciso entender o novo papel desempenhado pela social democracia, “não só de traidora do movimento revolucionário, mas instrumento usado pela burguesia para reprimi-lo”.<sup>52</sup> Considerava a social democracia como social-fascismo, pronta para passar a um regime ditatorial, e por isso era um dos principais inimigos do proletariado revolucionário. Outro inimigos eram os próprios governos fascistas e ainda “os governos ‘nacional fascistas’, - típicos da América Latina (sic) -, que servem para facilitar a penetração imperialista...”<sup>53</sup>. A tese de provável guerra entre Estados Unidos e Inglaterra pelo domínio das semi-colônias das Américas perpassou todo o informe.

Pelo caráter da economia, a revolução em nossos países seria democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, a fim de “criar as condições para um desenvolvimento independente” desses países.<sup>54</sup> A luta deveria ser contra a grande burguesia nacional e o imperialismo. No entanto, “as conquistas dessa revolução só poderão ser concretizadas se se levar em conta que serão as massas operárias e camponesas a força motriz desta revolução e sob a hegemonia do proletariado”.<sup>55</sup> Por isso mesmo dever-se-ia ter cuidado com a participação da pequena burguesia e da chamada nascente burguesia industrial, que só em alguns casos poderiam ser aliados das forças motoras do movimento revolucionário: operários e camponeses.<sup>56</sup> Insistindo nisso, Codovilla falou que a pequena burguesia, por exemplo, só poderia ser uma “força auxiliar” da revolução<sup>57</sup>.

<sup>46</sup> Seção Sudamericana de la Internacional Comunista: *El Movimiento Revolucionario Latino Americano. Versiones de la Primera Conferencia Comunista Latino Americana. Junio de 1929*. Buenos Aires: *La Correspondencia Sudamericana*, agosto/setembro de 1929, p.7. A tradução do castelhano é minha.

<sup>47</sup> Idem, p. 8 KIM são as siglas de Komunistitisque Internacional Molodódgie, quer dizer, Internacional comunista da Juventude.

<sup>48</sup> Idem, p. 7 a 35

<sup>49</sup> Idem, p. 8

<sup>50</sup> Idem, p. 9

<sup>51</sup> Idem, p. 15

<sup>52</sup> Idem

<sup>53</sup> Idem, p. 15-16. Codovilla afirma que uma nova guerra mundial imperialista terá como palco o Pacífico, ideia que Stalin manterá até a invasão da URSS em 1941 – p. 19áia

<sup>54</sup> Idem, p. 21

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem, p. 25

Para o argentino, os socialistas da América Latina eram os maiores lacaios do imperialismo e estavam dispostos a ajudar à implantação do nacional fascismo. “Como veem os companheiros, fascismo e ~~socialismo~~ são apenas dois diferentes métodos de governo de que usa a burguesia para submeter e explorar o proletariado, segundo convenha no momento”<sup>58</sup>.

Alertando para o perigo de guerra, fosse interimperialista, contra a URSS ou dentro da América Latina, o informe afirmou que a tarefa dos comunistas em tal situação seria de apoiar a URSS, em caso da República Soviética ser atacada e sempre transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária, “criando situações efetivamente favoráveis para o desenvolvimento de grandes movimentos de massas e para a revolução agrária e anti-imperialista”<sup>59</sup>

Para enfrentar todas essas tarefas, aproveitando a situação objetiva, que seria muito favorável à revolução, os partidos comunistas teriam que criar os fatores subjetivos, que ainda não correspondiam à realidade revolucionária. Esse era o objetivo maior da conferência.<sup>60</sup> Para isso seria preciso fortalecer nos partidos a ideologia bolchevique. Terminando seu informe Codovilla reafirmou ser a revolução latino-americana uma revolução democrático-burguesa contra o feudalismo e o imperialismo, sendo suas forças motrizes o operariado e o campesinato.<sup>61</sup>

Seguem-se as discussões dos delegados sobre o informe, praticamente todos eles concordando com Codovilla. Para o delegado argentino Gonzales Alberdi, “A América Latina é um dos motivos principais para a próxima grande guerra imperialista...”<sup>62</sup>

O delegado da IC foi Humbert-Droz, que usou o “nome de guerra” de Luiz. Ele afirmou que para a América Latina “não há outro caminho que a formação de repúblicas operárias e camponesas sobre a base de soviets. Estamos aqui para discutir os melhores meios para chegar a esse fim”.<sup>63</sup>

Outra sessão tratou da luta anti-imperialista e dos problemas táticos. Continuou-se insistindo na situação semifeudal aqui existente, confundindo-se a brutal exploração capitalista – e a manutenção, a favor do capitalismo já implantado, de formas pré-capitalistas de produção – com o modo de produção feudal. Luiz, o informante desse segundo ponto da ordem do dia, analisou as classes sociais na América Latina, falou da burguesia nacional como débil, parasitária e prostituída ao imperialismo, concluindo que

As classes claramente revolucionárias são os proletários agrícolas e os camponeses despojados e explorados. O motor da revolução na América Latina é a questão da terra, a luta pela terra contra os grandes latifundiários feudais e as grandes companhias estrangeiras. Todas as revoluções, as insurreições, os movimentos de massa de caráter revolucionário que ocorreram nos últimos 25 anos têm em sua base, de forma mais ou menos precisa e consciente, a questão da terra.<sup>64</sup>

Para Luiz, países como Peru, Bolívia e Equador não eram só semifeudais, mas completamente feudais<sup>65</sup>. Em nenhum momento falou-se do que se entendia por modo de produção feudal. Luiz continuou a insistir que as burguesias nacionais nada representavam em seus países, a não ser a defesa dos interesses imperialistas, mas que a revolução aqui seria democrático-burguesa com as seguintes missões:

---

<sup>58</sup> Idem, p. 26-27

<sup>59</sup> Idem, p. 31.

<sup>60</sup> Idem

<sup>61</sup> Idem, p. 35

<sup>62</sup> Idem, p. 38

<sup>63</sup> Idem, p. 46

<sup>64</sup> Idem, p. 85

<sup>65</sup> Idem, p. 81

...econômica: quebrar o domínio do feudalismo, do imperialismo, da Igreja, dos grandes latifundiários; liberar a América Latina das empresas imperialistas, solucionar a questão agrária, entregando a terra aos que nela trabalham, seja na forma de repartição individual aos camponeses seja dividindo-as em comunidades agrícolas ou coletivamente aos operários agrícolas, sob a forma de cooperativas de produção, de comunidades rurais ou de empresas coletivas. Sua finalidade é, pois a nacionalização das terras, do subsolo, dos transportes e das grandes empresas imperialistas; a anulação das dívidas do Estado, a criação de um governo operário e camponês, sobre a base de soviets de operários, camponeses e soldados, a supressão do Exército e sua substituição por milícias operárias e camponesas, a melhoria das condições de vida dos operários, , jornada de 8 horas para todos os trabalhadores, de seis horas nas minas e trabalhos insalubres, seguros sociais etc. etc.<sup>66</sup>

A tal revolução seguir-se-ia “a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”<sup>67</sup>. Referindo-se depois ao Brasil, Luiz criticou o PCB:

Também no Brasil tenho a impressão que nossos camaradas consideraram a greve de São Paulo como um movimento corporativo, não se esforçando por desenvolver uma greve geral de solidariedade, enquanto que, por outro lado, acreditaram haver uma situação revolucionária para um golpe de Estado de generais liberais (sic).<sup>68</sup>

As críticas continuaram repetindo o que fora dito no VI Congresso da IC sobre a tentativa do PCB “de criar no Brasil um Kuomitang, do qual fariam parte o partido comunista e os liberais revolucionários”. Com o fracasso do Kuomitang chinês os brasileiros se convenceram de que não se podia fazer a revolução com três ou quatro classes<sup>69</sup>. Luiz criticou também a formação de blocos, como o Bloco Operário e Camponês no Brasil, alertando que este poderia ser um perigo:

O perigo não é somente de uma degeneração parlamentarista, da que tivemos manifestações evidentes no Brasil, mas da transformação do bloco num partido político ligado a essa degeneração parlamentarista e que ocorrerá se o partido comunista deixa de lado sua própria ação limita-se a desenvolver como uma espécie de fração ilegal do bloco. Esse perigo existiu marcadamente no Brasil.<sup>70</sup>

Mas reconheceu que o partido tentou corrigir o erro, “purificando o bloco dos elementos políticos não comunistas, como o deputado Azevedo Lima”<sup>71</sup>. Seguiu-se outra crítica ao PCB, por tentar aliança com “partidos e organizações revolucionárias da pequena burguesia liberal ou nacionalista. (...) perigo muito grande no Brasil, onde o nosso partido, antes de tomar posição na questão eleitoral presidencial, espera a atitude de Prestes e de seu grupo”<sup>72</sup>(sic). Apesar das críticas, Luiz reconheceu que o partido tivera

grandes êxitos na criação da central sindical, nas eleições no Rio, na jornada de 1º de maio e, apesar da semilegalidade, tem influência incontestável nas massas. Seu nível ideológico é também mais elevado do que a maioria dos partidos sul-americanos. Compreendeu e corrigiu as faltas cometidas nas relações com a pequena burguesia

---

<sup>66</sup> Idem, p. 89

<sup>67</sup> Idem, p. 90

<sup>68</sup> Idem, p. 97

<sup>69</sup> Idem, p. 102

<sup>70</sup> Idem, p. 103

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Idem

e na política do Bloco Operário e Camponês. Mas é necessário trabalhar para fazer desaparecer todos os vestígios desses erros que ainda reaparecem, ter mais iniciativa, mais audácia revolucionária. Por exemplo, a ação do partido diante da viagem de Mr. Hoover foi insuficiente. As massas se orientam para o partido e por isso ele precisa compreender a necessidade de ampliar suas ações, pois deixou de se um pequeno grupo. E por outro lado ser mais independente em relação aos pequeno-burgueses revolucionários.<sup>73</sup>

Quer dizer, toda a iniciativa do PCB em ter uma política de frente única que pudesse abrir espaço para sua atuação foi criticada – crítica aceita pelos comunistas brasileiros.

O que mais influenciou nas questões internas do partido foi a questão da chamada proletarização (e/ou bolchevização). Foi também Luiz quem levantou a questão dos partidos não serem compostos fundamentalmente de autênticos proletários. Teríamos que nos voltar para os operários das grandes empresas como um dever urgente. Apesar de contar com inúmeras bases, ainda não éramos verdadeiros partidos comunistas porque os partidos “ainda estão compostos por operários de indústrias secundárias e sua ideologia revolucionária se ressentia disto”<sup>74</sup>. Era preciso proletarizar.

Na discussão do informe foi Gabrinetti quem falou pelo Brasil, começando por concordar com as críticas feitas ao PCB. E continuou:

Da análise da situação objetiva do Brasil se vê claramente que atravessamos um período pré-revolucionário. Estamos diante da possibilidade de que estale a terceira revolução da pequena burguesia e é necessário que as massas trabalhadoras se preparem para intervir, para orientar a luta em benefício dos explorados<sup>75</sup>

Considerando que os movimentos tenentistas de 1922 e 1924 teriam sido respectivamente, a primeira e a segunda revolução da pequena burguesia, o partido tinha alguma razão em prever que o movimento continuaria – os tenentes tiveram participação decisiva no Movimento de 1930. Entretanto, nessa ocasião, o PCB não tentou fazer qualquer mobilização entre os operários, declarando que se tratava de uma luta entre dois imperialismos e que os comunistas não tinham nada a ver com ela. Gabrinetti disse que o trabalho do partido seria o de esclarecer o papel da pequena burguesia e isso iria provocar o rompimento com os pequeno-burgueses revolucionários e com o Partido Democrático, que os apoiava.<sup>76</sup> Rompia-se assim com qualquer possibilidade de aliança com as camadas médias urbanas.

Gabrinetti informou que a partir da influência que o movimento tenentista exercera sobre o PCB, o partido resolvera trabalhar entre os praças. “O trabalho entre os marinheiros e soldados, que é um dos mais difíceis, foi realizado por nosso partido e em vista dos próximos acontecimentos agora se está intensificando”,<sup>77</sup> seguindo sempre as diretivas da Internacional. (Foi justamente no final desse ano de 1929 que o partido criou o Comitê Militar Revolucionário, conhecido como ANTIMIL.) Gabrinetti terminou declarando que o partido se preparava para apoiar a revolução democrático-burguesa que se aproximava: “É claro que vamos aproveitar as condições objetivas para o desenvolvimento do movimento revolucionário e adquirir a hegemonia na luta”<sup>78</sup>. Foi muito aplaudido.

---

<sup>73</sup> Idem, p. 106-7

<sup>74</sup> Idem, p. 98/99

<sup>75</sup> Idem, p. 122-123

<sup>76</sup> idem, p. 123

<sup>77</sup> Idem

<sup>78</sup> Idem

As sessões seguintes da conferência foram dedicadas a discutir o problema sindical e o problema camponês, sem qualquer destaque, pois foi um balanço de cada país sobre o que fora feito até então. Não houve intervenção dos brasileiros. Discutiu-se depois “O problema das raças na América Latina”, na 16ª sessão da conferência, que estava mais interessada no problema indígena, que dizia respeito a quase todos os países da América Latina. Falando sobre o tema, Leôncio Basbaum reconheceu a existência de um problema indígena, mas sobre ele só deu cifras. Já sobre os negros disse Basbaum:

Grande parte da população do litoral brasileiro está composta por mulatos; o tipo negro puro é hoje muito raro. O cruzamento se faz a cada dia mais intensamente, produzindo tipos cada vez mais claros, desde que chegaram ao país há cerca de meio século (sic) imigrantes (sic) negros.

O preconceito contra o negro assume reduzidas proporções e no seio do proletariado ele não existe. Na burguesia e em certas camadas da pequena burguesia este mal é perceptível. Traduz-se no fato de que, nessas esferas, se vê com simpatia a influência do índio nos costumes do país e com certa má vontade, a influência do negro. Tal atitude não vem tanto de um verdadeiro ódio racial, como nos Estados Unidos, mas pelo fato de no estrangeiro muitas vezes se referirem ao país chamando-o, com uma evidente intenção pejorativa, de “país de negros”. Isso excita a vaidade patriótica do pequeno burguês que protesta, esforçando-se por demonstrar o contrário. Mas é comum ver a esse mesmo pequeno burguês, em festas nacionais, exaltando o valor de seus ascendentes africanos. (sic)

Deve-se notar ainda que há inúmeros negros e mulatos ocupando cargos de relevo no seio da burguesia nacional (sic). Deduz-se disso que, a rigor, não se pode falar de preconceito de raças no Brasil. (...) A situação dos negros no Brasil não exige que nosso partido organize campanhas reivindicatórias para os negros, com palavras de ordem específicas.<sup>79</sup>

Como se vê, um grande equívoco. Basbaum considerou também que não era apropriado tratar negros ou índios como problemas específicos, pois não configuravam questões de raças e sim de classes. Por isso não considerava correta a consigna do APRA de “América para os índios”.<sup>80</sup>

O delegado cubano, Braceras, reagiu à fala de Basbaum, dizendo que no VI Congresso da IC os brasileiros afirmaram existir um problema negro: “Nas organizações desportivas e culturais não se permite a entrada de homens de origem negra; nos próprios sindicatos de classe existem certos preconceitos em ralação a esse problema.”<sup>81</sup> Braceras disse ainda que havia que discutir mais sobre os índios no Brasil, pois ainda havia grande quantidade deles na região Amazônica, e não se falou sobre isso<sup>82</sup>.

Outro item discutido na conferência foi o do Trabalho na Liga Anti-imperialista. Foi dito que a Liga existia no Brasil “à base da agrupamento de instituições e adesões individuais. A Liga não fez nada quando da chegada de Hoover ao país, o que demonstra sua passividade diante da repressão policial”<sup>83</sup>. Assunto caro à IC, os brasileiros falaram bastante nesse item. Gabrinetti reagiu à crítica dizendo que na ocasião da viagem de Hoover a Liga não existia. O partido tentou tomar a si o que seria atividade dela, mas a repressão policial não permitiu.<sup>84</sup>

<sup>79</sup> Idem, p. 296-7.

<sup>80</sup> Idem, p. 295. APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana, partido criado por Haya de la Torre em 1924.

<sup>81</sup> Idem, p. 302.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem., p. 330.

<sup>84</sup> Idem, p. 335

O que chama mais a atenção da posição brasileira sobre esse tema foram as “dúvidas” levantadas por Gabrinetti. Seu problema era o seguinte: havia sido dito que como consigna anti-imperialista dever-se-ia levantar a questão da redução das tarifas ferroviárias. A dúvida era a seguinte:

Eu não sei se esta consigna será justa para o Brasil, se tivermos em conta que lá as ferrovias estão nas mãos dos ingleses e se combatemos as tarifas elevadas quem sairá beneficiado será o imperialismo yanque, que quer destruir as empresas inglesas. Por isso, nós, anti-imperialistas, seremos os instrumentos de nossos próprios inimigos. É necessário que o companheiro González Alberdi esclareça esse tema devidamente.

Também julgo oportuno que se nos esclareça devidamente este outro ponto: se lutamos pelas reivindicações econômicas das massas das empresas imperialistas, a Liga não estará substituindo o sindicato?<sup>85</sup>

Respondendo a Gabrinetti, Alberdi disse que luta-se contra os patrões e contra os imperialistas e não nos interessa se uma ação parcial poderá beneficiar em parte a algum deles.<sup>86</sup>

Discutiu-se depois sobre a juventude (o Brasil não participou da discussão) e sobre questões de organização, ressaltando-se a importância da proletarianização dos partidos comunistas. Sobre este item disse Gabrinetti:

Frequentemente se fala de bolchevização dos partidos; é claro que nossos máximos esforços devem ser na direção de realizar esta bolchevização. Mas o caso é que a maior parte de nossos militantes não sabem bem o que quer dizer bolchevização. É necessário que os partidos deem atenção preferencial à divulgação dos conceitos da Internacional Comunista sobre o problema de organização dos partidos.<sup>87</sup>

Já sabemos que a interpretação dada a essa questão quase levou ao total esfacelamento do partido aqui no Brasil.

Depois de discutir o balanço do trabalho do secretariado sul americano, houve um ponto específico sobre questões internas do partido argentino<sup>88</sup> e Gabrinetti, que dirigia a sessão, foi o encarregado de encerrar os trabalhos da conferência. Depois de mencionar rapidamente as questões tratadas, Gabrinetti afirmou:

Partindo da base de que em muitos países da América Latina existem situações pré revolucionárias, traçamos para alguns de nossos partidos a tática a seguir diante das diversas camadas sociais interessadas na luta e demonstramos como, sem a hegemonia do proletariado – e de sua vanguarda de luta: o Partido Comunista – os movimentos revolucionários que se gestam em muitos países não somente não realizarão as consignas da revolução democrático-burguesas, senão que se voltarão contra os interesses das massas trabalhadoras. (...) Concluo, camaradas, dizendo que para levar as massas trabalhadoras à luta e à vitória, é preciso que nossos partidos tenham uma boa linha política, uma boa organização e uma disciplina férrea; são três coisas que não podem estar separadas. Em nome do Presidium, declaro encerrados os trabalhos da Primeira Conferência Comunista Latino Americana (Aplausos. Os delegados, de pé, cantaram a Internacional).<sup>89</sup>

<sup>85</sup> Idem, p. 335-6.

<sup>86</sup> Idem, 338

<sup>87</sup> Idem, p. 358

<sup>88</sup> Tratava-se do caso de J.F.Penelón, afastado por direitismo e fracionismo da secretaria geral do Partido Comunista da Argentina, do BSA e da CEIC.

<sup>89</sup> Idem, p. 381-2

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Nem os teóricos da Internacional sobre a América Latina e nem os comunistas brasileiros entenderam que o capitalismo já dominava no país. Estavam imbuídos de uma concepção burocrática e antimarxista segundo a qual as sociedades teriam obrigatoriamente que passar pelas mesmas etapas de desenvolvimento: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. (Stalin eliminou da sequência o modo de produção asiático por não conseguir encaixá-lo no esquema.) Então, depois da escravidão, o Brasil teria necessariamente que passar pelo feudalismo e cunhou-se o mau compromisso do semifeudal.

Também sem saber teorizar a dependência, passou-se a desprezar a independência política e a recorrer de novo ao semi: éramos semicoloniais e semifeudais. Deveríamos lutar por uma revolução agrária e anti-imperialista, de libertação nacional. Mas essa revolução seria, ao mesmo tempo, uma revolução democrático-burguesa, sem contar com a burguesia e desconfiando das camadas médias urbanas, tendo a hegemonia da classe operária. Conceitos mal explicados e que, com uma falsa base teórica, não nos ajudaram a avançar.

Não se trata de demonizar a Internacional. Apesar de todos os seus equívocos, seu papel na história mundial foi essencialmente positivo. Trata-se de chamar a atenção para a importância de entendermos nossa sociedade, entendermos o que somos econômica, social, culturalmente, compreensão confusa e precária dos comunistas brasileiros naquela época. Entendermos as mudanças ocorridas, hoje, na composição das classes e camadas sociais, em sua representação política (ou a falta dela), na quebra da solidariedade de classe, nas mudanças ideológicas e de comportamento que resultam de todas as transformações ocorridas.

Para falar das “massas”, tão mencionadas no período de que tratamos, sem especificar quem eram essas “massas”, será preciso saber das crenças e das esperanças da população brasileira, uma população que vive majoritariamente com até dois salários mínimos, que vive em favelas e comunidades, que sofre preconceitos e violência, que não tem emprego, nem ensino e principalmente não tem perspectivas. É uma população que se deixa influenciar pelas posições dos que defendem os privilégios das classes dominantes e por aquelas camadas médias urbanas que também não sabendo equacionar sua situação e se deixam sectariamente levar pelos preconceitos dos grupos dominantes.

Na década de 1920 não tínhamos uma ideia clara daqueles por quem lutávamos, além de identificá-los apenas como operários e camponeses. Mas quem eram esses operários e camponeses? Entendíamos pouco da vida daqueles que queríamos defender, da vida que levavam e que forjou uma ideologia complexa e contraditória. Nas décadas de 30 e 40 muito se falou da disposição revolucionárias das massas, de grandes massas mobilizadas, de situações pré-revolucionárias, sem nunca conseguir explicar o apoio popular à ditadura Vargas, sua eleição em 1950, ou o apoio a Jânio em 1960 ou a Collor na primeira eleição depois da ditadura.

Diz-se que nosso povo é inculto, “atrasado” e preconceituoso, mas nós, o que entendemos de seu mundo? Porque para alcançá-lo teremos que entendê-lo, e entendê-lo com empatia. Para avançar na resolução de questões básicas para a população – saúde, educação, segurança, proteção do meio ambiente – será preciso construir uma ampla frente pela democracia, que não inclua apenas lideranças políticas e movimentos organizados, mas que traga para a política uma população pobre, trabalhadora e/ou desempregada, dispersa pelo país a fora. Enquanto não conseguirmos essa inclusão, falando sua linguagem, falando para que nos escutem, não conseguiremos chegar ao coração das massas.

**ORDEM DO DIA DA CONFERÊNCIA:**

1. Abertura

2. A situação internacional da América Latina e os perigos da guerra. Informante: Codovilla
3. A luta anti-imperialista e os problemas de tática dos partidos comunista da América Latina. Informante: Luiz. (Jules Humbert-Droz)
4. A questão sindical. Informantes: Gomes e Contreras
5. A questão camponesa. Informantes Suárez e Romo
6. O problema das raças na América Latina. Informantes Saco, Juárez e Leôncio
7. O trabalho da Liga Antiimperialista. Informantes Simons e González
8. O movimento juvenil e as tarefas dos partidos comunistas. Informantes: Ghitor e Shiappapietra
9. Questões de organização. Informante Ghitor
10. O trabalho do secretariado sul-americano. Informante Codovilla
11. Informe sobre a solução da crise do Partido Comunista da Argentina. Informante Ghitor
12. Encerramento

Participantes: 38 delegados oficiais de 14 países (16 com o delegado francês e o nortemetiano).

- Pela Internacional Comunista: Luiz (Jules Humbert-Droz)
- Pelo secretariado sul-americano do IC: Victório Codovilla
- Pelo secretariado sul-americano da Internacional das Juventudes Comunistas: Ghitor
- Pela Internacional das Juventudes Comunistas: Peters
- Pela Fração Comunista da I.S.R.: Merver

Argentina: Gonzalez Alberdi

Contreras  
Yolles  
Peluffo  
Romo  
Moretti  
Muñoz

Bolívia: Mendizabal

Brasil: Leôncio Basbaum  
Gabinetti

Colômbia: Prieto  
Mahecha  
Matavana

Cuba: Braceras  
Juarez

El Salvador: Dieguez  
Marquez

Equador: Padilla  
Arana

Estados Unidos: Simons

França: Austine

Guatemala: Villalba  
Taboada

México: Suárez  
Rozaens

Panamá: Carignani  
Chavez

Paraguai: Dellepiane

Peru: Saco  
Zamora

Uruguai: Ramirez  
Sala  
Gomez

Venezuela: Martinez

Sem informação de país, Schappapietra

